

# Presidente volta mais cedo

## *Pressa para receber Carlos Menem e discutir crise*

**Ilha Margarida (Venezuela)** - O presidente Fernando Henrique Cardoso pediu aos organizadores da VII Cúpula dos Países Ibero-Americanos, que fosse antecipada a assinatura da Declaração de Chefes de Estado e de Governo, no domingo, e foi atendido. O desfecho da cúpula estava programado para o final da tarde, às 18h30, mas foi antecipado em cinco horas e meia, porque Fernando Henrique marcou seu retorno para Brasília às 13h40, horário do Brasil. O governo brasileiro alegou que o presidente precisava retornar antes ao país para aguardar a chegada do presidente da Argentina, Carlos Menem, que fará

uma visita oficial de dois dias ao país.

A redação da declaração foi praticamente concluída ontem, restando apenas como questões polêmicas os textos que tratam do apoio à reivindicação da Argentina pela posse das ilhas Malvinas, da Espanha pelo território de Gibraltar, enclave inglês em território espanhol, e pela independência do Timor-Leste. A Declaração de Margarida conterà duras críticas a política dos Estados Unidos de tentar aplicar suas leis internas fora de seu território, como é o caso das leis Helms-Burton, que pune empresas de terceiros países que façam negócios com Cuba.

A condenação da adoção de medi-

das de caráter unilateral pelos Estados Unidos também se refere as tentativas dos americanos de criar barreiras comerciais e financeiras usando como pretexto questões como direitos humanos e o meio ambiente. "As medidas unilaterais ferem o direito internacional e, por isso, somos contra elas. Nos preocupa, por exemplo, a frequência com que se aprova no Congresso americano, a nível de comissão, propostas de leis que condicionam a ajuda americana ao voto dos países na Organização das Nações Unidas", disse o embaixador Luiz Augusto Castro Neves, chefe do Departamento das Américas do Itamarati.

Os chefes de Estado e de Governo também farão uma ampla defesa da liberdade de expressão, informação e opinião. Este foi o tema que inspirou maiores cuidados até agora, pois o presidente da Venezuela, Rafael Caldera, queria incluir no texto a expressão "direito a informação veraz". Sua postulação está relacionada a problemas políticos internos e as acusações de corrupção que sofre seu governo. Em artigo publicado em um documento oficial do encontro Caldera defende a separação entre informar e opinar e adverte que "os meios de comunicação de massa constituem um poder quase superior ao dos poderes públicos".

O governo brasileiro, secundado

pelos da Argentina, Uruguai, Chile e Portugal, reagiu a esta formulação avaliando que ela daria margem a interpretações subjetivas quanto a liberdade de imprensa e que poderiam dar respaldo a iniciativas de governos para restringi-la ou limitá-la. Mas para não desagradar o anfitrião foi mantida a expressão "veraz", que pode ser traduzida como idônea ou verdadeira. "Nós aprovamos um texto que diz que um dos requisitos indispensáveis da democracia é o direito à liberdade de expressão, informação e opinião. E que este é o fundamento da informação veraz, sem restrição à liberdade nem censura", relatou o embaixador Luiz Augusto Castro Neves.